

**LEI Nº 2.979, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008**

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~ESTIMA A RECEITA E FIXA A  
DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE  
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE  
2009.~~**

O Prefeito Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**~~Art. 1º~~** O Orçamento Geral do Município de Alegre/ES, para o exercício financeiro de 2009, estima a Receita e fixa Despesa em R\$ 52.848.500,00 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e quarenta e oito mil e quinhentos reais).

**~~Art. 2º~~** A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e de outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

<b><del>RECEITAS CORRENTES</del></b>	<b><del>R\$</del></b>	<b><del>50.868.700,00</del></b>
<del>— Receitas Tributárias .....</del>	<del>R\$</del>	<del>5.485.200,00</del>
<del>— Receitas de Contribuições .....</del>	<del>R\$</del>	<del>5.475.000,00</del>
<del>— Receitas Patrimoniais .....</del>	<del>R\$</del>	<del>496.500,00</del>
<del>— Receita Agropecuária .....</del>	<del>R\$</del>	
<del>— Receita Industrial .....</del>	<del>R\$</del>	<del>10.000,00</del>
<del>— Receitas de Serviços .....</del>	<del>R\$</del>	<del>2.708.900,00</del>
<del>— Transferências Correntes .....</del>	<del>R\$</del>	<del>34.699.500,00</del>
<del>— Outras Receitas Correntes .....</del>	<del>R\$</del>	<del>1.993.600,00</del>
<del>— ( - ) Deduções para o FUNDEB .....</del>	<del>R\$</del>	<del>(4.559.200,00)</del>
<b><del>RECEITAS DE CAPITAL</del></b>	<b><del>R\$</del></b>	<b><del>3.516.000,00</del></b>
<del>— Alienação de Bens .....</del>	<del>R\$</del>	<del>170.000,00</del>
<del>— Transferências de Capital .....</del>	<del>R\$</del>	<del>3.346.000,00</del>
<b><del>RECEITAS CORRENTES — OPER. INTRAORÇAMENTÁRIAS</del></b>	<b><del>R\$</del></b>	<b><del>3.023.000,00</del></b>
<del>— Receita de Contribuições — Operações Intraorçamentárias</del>	<del>R\$</del>	<del>3.020.000,00</del>
<del>— Outras Receitas Correntes — Operações Intraorçamentárias</del>	<del>R\$</del>	<del>3.000,00</del>
<b><del>TOTAL GERAL .....</del></b>	<b><del>R\$</del></b>	<b><del>52.848.500,00</del></b>

~~Art. 3º A Despesa fixada a conta das Receitas acima relacionadas, observará a programação constante dos anexos que compõe este Orçamento, conforme Legislação vigente especificada por Órgão, Unidade Orçamentária, Função, Sub-Função, Programa e Projetos / Atividades, ficando o Poder Executivo autorizado a executá-la na forma prevista nesta Lei.~~

<b>Código</b>	<b>DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO</b>		<b>Valor</b>
01	Legislativa .....	R\$	1.611.360,00
02	Judiciária .....	R\$	218.000,00
04	Administração .....	R\$	8.418.500,00
08	Assistências Social .....	R\$	1.392.000,00
09	Previdência Social .....	R\$	3.107.000,00
10	Saúde .....	R\$	12.614.000,00
12	Educação .....	R\$	14.561.900,00
13	Cultura .....	R\$	1.780.000,00
15	Urbanismo .....	R\$	1.554.640,00
16	Habitação .....	R\$	16.000,00
17	Saneamento .....	R\$	1.583.000,00
20	Agricultura .....	R\$	1.138.000,00
23	Comércio e Serviços .....	R\$	10.000,00
25	Energia .....	R\$	693.000,00
27	Desporto e Lazer .....	R\$	164.000,00
28	Encargos Especiais .....	R\$	2.054.100,00
99	Reserva de Contingência .....	R\$	1.932.000,00
	<b>TOTAL DAS FUNÇÕES .....</b>	<b>R\$</b>	<b>52.848.500,00</b>

#### **DESPESAS POR ÓRGÃO**

<b>Poder Legislativo</b>	<b>R\$</b>	<b>1.611.360,00</b>
Câmara Municipal .....	R\$	1.611.360,00
<b>Poder Executivo</b>	<b>R\$</b>	<b>56.028.640,00</b>
Gabinete do Prefeito .....	R\$	505.000,00
Secretaria Municipal de Administração .....	R\$	2.471.000,00
Secretaria Municipal de Finanças .....	R\$	1.611.000,00
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo .....	R\$	5.328.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente .....	R\$	1.446.640,00
Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte .....	R\$	1.650.500,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável .....	R\$	643.000,00

Procuradoria Geral do Município .....	R\$	568.000,00
Secretaria Municipal de Educação .....	R\$	10.439.000,00
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento .....	R\$	12.614.000,00
Secretaria Municipal de Assistência Social .....	R\$	1.425.000,00
SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto .....	R\$	2.620.000,00
Regime Próprio de Previdência Social de Alegre – RPPSA .....	R\$	5.086.000,00
Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Alegre – FAFIA.....	R\$	4.720.000,00
<b>TOTAL DAS SECRETARIAS .....</b>	<b>R\$</b>	<b>52.848.500,00</b>

~~**Art. 4º** – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adotar medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita nos termos do Título VI, capítulo I, da Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964, em realizar operações de Créditos por antecipação da Receita, de acordo com as disposições do artigo 167, III da Constituição Federal e Resolução do Senado Federal, com prévia autorização do Poder Legislativo.~~

~~**Art. 5º** – Fica o Poder Executivo, Legislativo e demais Unidades Gestoras e consolidadas no Orçamento Municipal da Prefeitura Municipal de Alegre, de acordo com o disposto no Art. 42 da Lei Federal 4.320 de 17 de Março de 1964, autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) sobre o total da despesa fixada em seus respectivos orçamentos, para reforço de Dotações Orçamentárias, de acordo com o art. 7º, I, da Lei Federal nº 4.320/64, utilizando como fonte de recursos as definidas no Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de Março de 1964, e recursos de Convênios, conforme parecer consulta do TCEES 028 de 06 de julho de 2004.~~

~~**Art. 6º** – O pagamento do serviço da dívida e encargos terá prioridade sobre as ações de expansão.~~

~~**Art. 7º** – O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas do governo e instituições privadas para o desenvolvimento dos programas, com ou sem ônus para o município.~~

~~**Art. 8º** – Fica o Poder Executivo Municipal, observado o disposto na Lei Municipal nº 2.900, de 13 de dezembro de 2007, autorizado a conceder ajuda financeira a título de contribuições e subvenções, às entidades constantes do Anexo “I” da presente lei.~~

~~§ 1º – Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo do Plano de Aplicação apresentado pela entidade beneficiada.~~

~~§ 2º – Os prazos para prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo.~~

~~§ 3º – Fica vedada a concessão de ajuda financeira a entidades que não prestarem contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como as que não tiverem suas contas aprovadas pelo Poder Executivo Municipal.~~

~~**Art. 9º** – O Poder Executivo estabelecerá normas para a realização das despesas, fixando medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com a arrecadação~~

~~da receita, inclusive através de uma programação financeira, a fim de obter o equilíbrio financeiro entre receitas e despesas.~~

~~**Art. 10 — Esta** Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2009, revogadas as disposições em contrário.~~

---

~~Alegre (ES), 18 de dezembro de 2008.~~

~~**DJALMA DA SILVA SANTOS**  
**Prefeito Municipal**~~